



ESTADO DO CEARÁ

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ON-LINE

FORTALEZA, QUARTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2008

ANO XI - Nº 011

EDITADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PREÇO: R\$ 3,00

EXPEDIENTE DO 2º GRAU

1 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1.1 - ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2000.0017.7966-5, **RESOLVE** aposentar voluntariamente, por tempo de serviço, a servidora **MARIA DE LOURDES ROCHA RIBEIRO**, no cargo de Analista Judiciário Adjunto de Entrância Especial, referência AJ-38, Matrícula nº 093265.1/0, nos termos dos arts. 152, III, § 1º, da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974; 168, III, "a", da Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989; e 40, III, "a", da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais, no valor de **R\$ 7.147,14 (sete mil, cento e quarenta e sete reais e quatorze centavos)**, abaixo discriminados:

Vencimento (Lei nº 13.953/2007) AJ-38	R\$ 945,54
(Novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)	
Vantagem Pessoal – Lei 11.171/86 – Chefe de Serviços de Mecanografia DAS-3.	R\$ 555,96
(Quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos)	
Progressão Horizontal – 30%(Art. 43, § 1º da Lei nº 9.826/74)	R\$ 450,45
(Quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)	
Gratificação de Risco de Vida - 40% - VI do art. 132 da Lei 9.826/74 c/c a Resolução 35/2004, de 25/10/2004, publicada no D.J. de 05/11/2004.	R\$ 600,60
(Seiscentos reais e sessenta centavos)	
Gratificação Judiciária – 40%(Lei nº 11.715/90)	R\$ 1.021,02
(Hum mil e vinte e um reais e dois centavos)	
Gratificação de Exercício – 100%(Lei nº 11.270/86)	R\$ 3.573,57
(Três mil e quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos)	

tudo de conformidade com a Legislação acima explicada. **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 13 de dezembro de 2007.

DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 042/2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 11 da Lei Estadual nº 11.346, de 3 de setembro de 1987, que obriga os ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento no Serviço Público Estadual a se submeterem a uma carga horária de quarenta horas semanais de trabalho;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 111 a 114 e 254 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, que tratam das autorizações para incentivo à formação profissional do servidor e da carga horária de trabalho dos servidores públicos, respectivamente, aplicáveis ao servidor do Poder Judiciário Estadual; e

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de redefinir normas que assegurem a eficácia do controle da pontualidade e assiduidade dos servidores lotados no Tribunal de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores do Quadro III do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em exercício no Tribunal de Justiça, bem como aqueles que se encontrem cedidos à sua disposição, cumprirão jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, submetidos ao horário diário compreendido entre 12:00 (doze) e 18:00 (dezoito) horas.

Art. 2º - Sujeitar-se-ão, obrigatoriamente, à jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais os detentores de cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, os quais cumprirão o horário diário das 9:00 (nove) às 12:00 (doze) horas e das 13:00 (treze) às 18:00 (dezoito) horas.

Parágrafo único - A partir do dia 3 de março de 2008, o disposto neste artigo aplica-se, igualmente, aos servidores do Poder Judiciário, ou aos que lhe estejam cedidos, que percebam a Gratificação pela Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974.

CIRCULAÇÃO EM 16/01/2008 ÀS 14:00 h

DES. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA PRESIDENTE DES. RÔMULO MOREIRA DE DEUS VICE-PRESIDENTE E DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA DES. JOSÉ CLÁUDIO NOGUEIRA CARNEIRO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA		
TRIBUNAL PLENO (Reuniões às quintas-feiras, com início às 13:30 horas) Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha- Presidente Des. Emani Barreira Porto Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque Des. João de Deus Barros Bringel Des. Huguette Braquehais Des. Rômulo Moreira de Deus Des. José Cláudio Nogueira Carneiro Des. Gizela Nunes da Costa Des. Maria Celeste Thomaz de Aragão Des. José Arísio Lopes da Costa Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido Des. João Byron de Figueiredo Frota Des. Ademar Mendes Bezerra Des. Mariza Magalhães Pinheiro Des. Edite Bringel Olinda Alencar Des. Maria Iracema do Vale Holanda Des. José Mário Dos Martins Coelho Des. Maria Sirene de Souza Sobreira Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Des. Lincoln Tavares Dantas Des. Celso Albuquerque Macêdo Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva Des. Lucia Maria do Nascimento Fiúza Bitu Des. Francisco Sales Neto Des. Raul Araújo Filho Dr. Bomfim Cavalcante Carneiro - Secretário Geral	CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS (Reuniões às segundas e últimas terças-feiras, de cada mês, com início às 13:30 horas) Des. Emani Barreira Porto - Presidente Des. João de Deus Barros Bringel Des. Gizela Nunes da Costa Des. Maria Celeste Thomaz de Aragão Des. José Arísio Lopes da Costa Des. Ademar Mendes Bezerra Des. Edite Bringel Olinda Alencar Des. Maria Iracema do Vale Holanda Des. José Mário Dos Martins Coelho Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Des. Lincoln Tavares Dantas Des. Celso Albuquerque Macêdo Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva Des. Francisco Sales Neto Des. Raul Araújo Filho Dra. Chrystianne dos Santos Sobral-Secretária	CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS (Reuniões às segundas e últimas quartas-feiras, de cada mês, com início às 13:30 horas) Des. Fco. Haroldo R. Albuquerque-Presidente Des. Huguette Braquehais Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido Des. João Byron de Figueiredo Frota Des. Mariza Magalhães Pinheiro Des. Maria Sirene de Souza Sobreira Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira Des. Lucia Maria do Nascimento Fiúza Bitu Dra. Chrystianne dos Santos Sobral-Secretária
	1ª CÂMARA CÍVEL (Reuniões às segundas-feiras, com início às 13:30 horas) Des. Emani Barreira Porto - Presidente Des. José Mário Dos Martins Coelho Des. Francisco Sales Neto Des. Raul Araújo Filho Juliana Cardoso Lima- Secretária	1ª CÂMARA CRIMINAL (Reuniões às terças-feiras, com início às 13:30 horas) Des. Fco. Haroldo R. Albuquerque-Presidente Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido Des. Mariza Magalhães Pinheiro Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira Dr. Alexandre Ramos Garcia - Secretário
	2ª CÂMARA CÍVEL (Reuniões às quartas-feiras, com início às 13:30 horas) Des. João de Deus Barros Bringel - Presidente Des. Gizela Nunes da Costa Des. Ademar Mendes Bezerra Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Vera Rouquayrol Assunção e Silva - Secretária	2ª CÂMARA CRIMINAL (Reuniões às segundas-feiras, com início às 13:30 horas) Des. Huguette Braquehais - Presidente Des. João Byron de Figueiredo Frota Des. Maria Sirene de Souza Sobreira Des. Lucia Maria do Nascimento Fiúza Bitu Drª Marilza Rocha de Carvalho - Secretária
	3ª CÂMARA CÍVEL (Reuniões às segundas-feiras, com início às 13:30 horas) Des. José Arísio Lopes da Costa - Presidente Des. Edite Bringel Olinda Alencar Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes Des. Celso Albuquerque Macêdo Mônica Braun Cabral - Secretária	
	4ª CÂMARA CÍVEL (Reuniões às quartas-feiras, com início às 13:30 horas) Des. Maria Celeste Thomaz de Aragão - Presidente Des. Maria Iracema do Vale Holanda Des. Lincoln Tavares Dantas Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva Valerya Rebouças de Oliveira - Secretária	

Art. 3º - A adoção de horários de trabalho diferentes dos que estão sendo estabelecidos nesta Portaria somente será admitida mediante prévia e formal autorização do Secretário de Administração do Tribunal de Justiça, a requerimento do servidor interessado, com a indispensável manifestação do respectivo dirigente da Unidade de lotação respectiva, atendidas as conveniências do Serviço.

Art. 4º - O registro diário da frequência do servidor será feito mediante a utilização de relógio de ponto eletrônico, admitindo-se tolerância de 15 (quinze) minutos de atraso no início de um dos expedientes.

Art. 5º - O servidor sofrerá perda da remuneração em razão de falta ou atraso nos seguintes casos:

I - correspondente à remuneração total do dia, se não comparecer ao serviço, salvo por afastamento legal ou doença comprovada;

II - desconto de 1/3 (um terço) da remuneração total do dia, se comparecer ao serviço após os 15 (quinze) minutos de tolerância, observado o limite estabelecido no artigo anterior, mas dentro da hora seguinte à fixação para o início do respectivo expediente, bem como quando se retirar do serviço sem a devida autorização, antes de findo o horário de trabalho.

§ 1º - Será considerado falta ao dia de trabalho quando o servidor:

I - registrar a presença e ausentar-se do expediente de trabalho, sem prévia autorização da chefia imediata;

II - registrar a presença decorrida mais de uma hora do início do expediente de trabalho.

§ 2º - Não se aplica o disposto nos incisos II do *caput* e do § 1º deste artigo às hipóteses de entradas atrasadas ou de saídas antecipadas, devidamente autorizadas.

Art. 6º - Os servidores que freqüentarem curso regular de ensino superior, bem como de especialização, ou de 1º e de 2º graus, poderão ter, durante o período letivo, sua jornada de trabalho reduzida em uma hora, no início ou ao final do expediente, mediante requerimento instruído com os documentos comprobatórios da matrícula e do horário das aulas, dirigido ao Secretário de Administração do Tribunal de Justiça, com visto do Diretor do Departamento respectivo ou da autoridade a que estiver subordinado.

Parágrafo único - As autorizações de que trata o *caput* deste artigo serão registradas na Divisão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos e terão validade somente para o semestre letivo em que foram emitidas, dependendo, para sua manutenção, de ser comprovada pelo servidor a frequência mensal ao curso ensejador da autorização.

Art. 7º - Somente serão dispensados do registro de ponto no horário estabelecido nesta Portaria os titulares dos seguintes órgãos superiores de direção e gerenciamento: Secretaria Geral, Secretarias de Administração, de Finanças, de Tecnologia da Informação, Judiciária, Consultoria Jurídica, Assessorias Especial, de Planejamento, de Imprensa, de Cerimonial e da Auditoria Administrativa de Controle Interno.

§ 1º - Os demais titulares de cargos em comissão de nível hierárquico igual ou superior a DAS-1, bem como os servidores lotados nos Gabinetes da Presidência, do Corregedor Geral da Justiça e dos Desembargadores, devem cumprir a carga horária determinada nesta Portaria, sujeitando-se a controle especial em folha de frequência a ser visada diariamente pela chefia imediata respectiva.

§ 2º - Os integrantes do quadro de Oficial de Justiça Avaliador, lotados na Secretaria Geral do Tribunal de Justiça, sujeitar-se-ão a controle

especial de frequência no sistema de ponto eletrônico, cabendo-lhes registrar, em momento de livre escolha, uma presença durante o respectivo horário de trabalho, pelo menos.

Art. 8º - O controle das ausências do servidor do respectivo local de trabalho para prestar serviço externo será exercido pelo Diretor do Departamento ou pela autoridade a que estiver subordinado, mediante comunicação ao Departamento de Recursos Humanos.

Parágrafo único - Compete ao Diretor do Departamento, ou à autoridade a que estiver subordinado o servidor, controlar e abonar os atrasos ou saídas antecipadas por motivo de ordem particular, observando para tanto o limite máximo de quatro ocorrências mensais por servidor e a fração máxima de duas horas por ocorrência, no início ou no fim do expediente.

Art. 9º - Os servidores que faltarem ao expediente por motivo de doença deverão se apresentar ao Departamento de Serviços Integrados de Saúde do Tribunal de Justiça, munidos de atestado médico, no prazo de até quatro dias úteis, contados do dia do respectivo retorno às suas atividades funcionais.

Art. 10 - Não poderá ser justificada a ausência do servidor ao serviço que não decorrer de doença comprovada, de afastamentos legais ou de autorizações previstas nesta Portaria.

Art. 11 - Ficam sem efeito todas as autorizações de horários especiais ou de dispensa do registro de ponto eletrônico anteriormente concedidas.

Art. 12 - Será aplicado sistema de compensação de horas de trabalho nos casos em que as jornadas definidas nesta Portaria sejam eventualmente ultrapassadas, não sendo concedida gratificação por serviço extraordinário nessa hipótese.

Art. 13 - Os servidores lotados no Serviço de Protocolo do Tribunal de Justiça, quando designados para o atendimento estendido até 20:00 (vinte) horas, terão prorrogado em duas horas o início do respectivo expediente, na data do plantão.

Art. 14 - Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

Art. 15 - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 03 de março de 2008, revogando-se as disposições em contrário e especialmente a Portaria nº 119/99-TJ/SG, de 12 de abril de 1999.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 10 de janeiro de 2008.

Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA
PRESIDENTE

Reproduzido por incorreção.

PORTARIA Nº 35 /2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e atendendo à solicitação do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, constante do Processo Administrativo nº 2007.0027.3204-0,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a servidora MARIA DE FÁTIMA DANTAS E SILVA, matrícula nº 200679.1/7, a prestar serviços extraordinários, em todos os dias úteis, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Portaria, das 09:00 às 11:00 horas, na Secretaria da 5ª Vara da Fazenda Pública, mediante o pagamento da gratificação prevista no art. 133 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com a redação dada pela Lei Estadual nº 12.313, de 17 de junho de 1999, a ser requerido pelo Juiz da Vara acima referenciada, ao final de cada trinta dias, atestando a efetiva prestação desse serviço.

Art. 2º - À destinatária da gratificação pela execução de serviços extraordinários não será atribuída, cumulativamente, a gratificação por regime de tempo integral, de acordo com o disposto no § 3º do art.

42 da Lei 12. 483, de 03 de agosto de 1995, bem como a de execução de trabalho relevante, técnico ou científico e a de representação.

Art. 3º - A servidora deverá registrar o ponto no início e no término do expediente extraordinário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de janeiro de 2008.

Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA
Presidente

PORTARIA Nº 33/2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e atendendo à solicitação do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, constante do Processo Administrativo nº 2007.0033.2166-3,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o servidor ÂNGELO JOSÉ BARBOSA DA SILVA, matrícula nº 201377, a prestar serviços extraordinários, em todos os dias úteis, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Portaria, das 09:00 às 11:00 horas, no Núcleo de Apoio as Varas da Fazenda Pública, mediante o pagamento da gratificação prevista no art. 133 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com a redação dada pela Lei Estadual nº 12.313, de 17 de junho de 1999, a ser requerido pelo Juiz Auxiliar da Diretoria do Fórum, ao final de cada trinta dias, atestando a efetiva prestação desse serviço.

Art. 2º - Ao destinatário da gratificação pela execução de serviços extraordinários não será atribuída, cumulativamente, a gratificação por regime de tempo integral, de acordo com o disposto no § 3º do art. 42 da Lei Estadual 12. 483, de 03 de agosto de 1995, bem como a de execução de trabalho relevante, técnico ou científico e a de representação.

Art. 3º - O servidor deverá registrar o ponto no início e no término do expediente extraordinário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de janeiro de 2008.

Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA
Presidente

PORTARIA Nº 36/2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e atendendo à solicitação do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, constante do Processo Administrativo nº 2007.0030.7822-0,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a servidora FERNANDA NELMA AZEVEDO DE CARVALHO, matrícula nº 99.114, a prestar serviços extraordinários, em todos os dias úteis, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Portaria, das 09:00 às 11:00 horas, na Secretaria da 6ª Vara da Fazenda Pública, mediante o pagamento da gratificação prevista no art. 133 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com a redação dada pela Lei Estadual nº 12.313, de 17 de junho de 1999, a ser requerido pelo Juiz da Vara acima referenciada, ao final de cada trinta dias, atestando a efetiva prestação desse serviço.

Art. 2º - À destinatária da gratificação pela execução de serviços extraordinários não será atribuída, cumulativamente, a gratificação por regime de tempo integral, de acordo com o disposto no § 3º do art. 42 da Lei 12. 483, de 03 de agosto de 1995, bem como a de execução de trabalho relevante, técnico ou científico e a de representação.

Art. 3º - A servidora deverá registrar o ponto no início e no término do expediente extraordinário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de janeiro de 2008.

Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA
Presidente